

Declaração de (in)existência de conflitos de interesses

(para efeitos do n.º 2 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e n.º 2 do artigo 90.º da Norma de Controlo Interno (NCI) | Versão 06, deste Município, aprovada pela Câmara Municipal, em reunião de 14 de setembro de 2023, bem assim, conforme o Anexo I da NCI)

(Nome) _____, () Presidente / () Vereador(a) com o(s) pelouro(s) de _____, () membro do GAP ou GAV / () dirigente / () trabalhador(a) / () prestador(a) de serviços, afeto(a) ao () Gabinete / () Direção / () Departamento / () Divisão / () Unidade / () Equipa / () Serviço / () Secção de _____, em concreto, às funções de _____, **interveniente na qualidade de _____, no procedimento conducente a / ao _____, associado:**

Nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RGPC, à(s) matéria(s) ou área(s) de:	Nos termos alargados pelo n.º 2 do artigo 91.º da NCI, à(s) matéria(s) ou área(s) de:
<input type="checkbox"/> Contratação pública; <input type="checkbox"/> Concessão de subsídios, subvenções ou benefícios; <input type="checkbox"/> Licenciamentos urbanísticos, ambientais, comerciais e industriais; <input type="checkbox"/> Procedimentos sancionatórios;	<input type="checkbox"/> Recursos humanos, compreendendo os diversos segmentos de atuação neste domínio; <input type="checkbox"/> Avaliação de desempenho; <input type="checkbox"/> Conferência de faturas e pagamentos; <input type="checkbox"/> Cedência temporária de espaços e equipamentos; <input type="checkbox"/> Fiscalização e medição de obras públicas municipais; <input type="checkbox"/> Fiscalização municipal; <input type="checkbox"/> Outra(s) _____;

Declara que:

- () **Não se encontra, na presente data, em situação de conflito de interesses** relacionados com o () objeto e ou com os () intervenientes / () visados no procedimento mencionado;
- () **Encontra-se, na presente data, em situação de conflito de interesses** relacionados com o () objeto e ou com os () intervenientes / () visados no procedimento mencionado, **circunstância que considera tratar-se de:**
 - () **Impedimento**, em linha com o previsto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação, em razão de _____, **facto que, por esta via, comunica** () ao respetivo superior hierárquico ou () ao Presidente da Câmara (conforme n.º 1 do artigo 70.º do CPA) ou, na ausência do primeiro, () ao responsável pelo cumprimento normativo, no caso, o Diretor Municipal de Gestão Integrada, deste Município (conforme n.º 3 do artigo 13.º do RGPC), não podendo, por isso, intervir no contexto do referido procedimento, suspendendo, nesta data, a sua atividade no âmbito deste mesmo (atenta a leitura conjugada do n.º 1 do artigo 69.º com o n.º 1 do artigo 71.º, ambos, do CPA);
 - () **Fundamento de escusa**, em linha com o previsto no artigo 73.º do CPA, em razão de _____, **facto que, por esta via, comunica** () ao respetivo superior hierárquico ou () ao Presidente da Câmara (conforme n.º 1 do artigo 75.º conjugado com o n.º 1 do artigo 70.º do CPA) ou, na ausência do primeiro, () ao responsável pelo cumprimento normativo, no caso, o Diretor Municipal de Gestão Integrada, deste Município (conforme n.º 3 do artigo 13.º do RGPC), pedindo, por isso, dispensa de intervir no contexto do referido procedimento (atenta a leitura conjugada do n.º 1 do artigo 73.º com o n.º 3 do artigo 75.º, ambos, do CPA).

Mais, declara que:

- () Tendo, acima, declarado encontrar-se em situação de inexistência de conflito de interesses face ao procedimento em presença, se no decurso, do mesmo, ocorrer superveniente alteração de situação para existência de conflito de interesses, comunicará tal facto, no imediato e nos termos acima referidos, para efeitos do disposto nos artigos 69.º a 76.º do CPA;
- () _____.

Município de Pombal, ___ de _____ de 202__ O / A _____ | _____

Nota 1: o caso a matéria ou área do(s) procedimento(s) em presença seja a contratação pública, a subscrição da presente declaração é dispensada, nos termos do n.º 3 do artigo 91.º da NCI deste Município, para os intervenientes que tenham subscrito a(s) declaração(ões) prevista(s) no n.º 5 do artigo 67.º e no n.º 7 do artigo 290.º-A, ambos, do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, cujos modelos constam no anexo XIII àquele Código.

Nota 2: o presente anexo, integrante do procedimento referido em título, foi elaborado em termos que se compagine, nomeadamente, com as alíneas a) a f) do artigo 5.º do Regulamento (EU) n.º 679/2016, de 27 de abril, vulgo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).